



spn
INFORMAÇÃO

calados e resignados é que não!

De novo...

Continuar o sindicato



Terminado o processo eleitoral, conhecidos os resultados e concretizada a tomada de posse dos novos Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores do Norte, inicia-se um novo ciclo, uma aposta num sindicalismo forte, capaz de fomentar uma reflexão crítica sobre a profissão, sobre a Escola e a Educação. Um novo ciclo na vida de um sindicato que continua a construir-se colectivamente, onde todos e cada um têm um espaço e um tempo de participação, de implicação, onde a cada momento se avança no projecto que os professores escolheram e que herdámos de outros.

De novo aqui. Estar de novo aqui, significa que cada um dos novos dirigentes deste sindicato fez uma opção, uma opção voluntária, responsável, assumindo um compromisso profissional e cívico. Esta escolha, no actual contexto nacional, representa uma enorme responsabilidade. Os anos que se avizinham exigirão de todos, mas essencialmente destes, uma capacidade de resistência e de persistência para continuar a defender uma Escola democrática, pública, e uma Educação para todos. A luta será difícil e prolongada. Ao sindicato, aos sindicatos, exige-se o desenvolvimento de um trabalho de análise e de síntese que permita um esclarecimento adequado e atempado da situação política, que seja capaz de propor os caminhos necessários à defesa dos princípios que defende e de organizar um trabalho que tem de ser colaborativo, de participação alargada, de implicação para a tomada de decisão. Uma proposta concreta de construção de uma profissionalidade, possibilitando que cada professor consiga assumir plenamente os seus "corredores de liberdade". Num contexto, supra-nacional, de ataque permanente aos direitos dos trabalhadores e aos direitos sindicais, em escolas que são locais mais ou menos subtis de pressão, ou mesmo intimidação, a estes "rostos" pede-se que assumam a dianteira de uma outra forma de estar e de ser professor e revelem que há outros caminhos possíveis.

De novo aqui, significa, para mim, fazer parte de um projecto em que os professores do Norte acreditam, porque o elegeram. Um projecto que reclama uma mudança e se propõe a construí-la com todas e com todos. Uma mudança que não assenta somente na defesa dos interesses profissionais, uma mudança assente numa aposta no futuro das crianças e jovens, num outro futuro para a sociedade, que também se constrói nas escolas. Uma transformação que exigirá de cada um de nós uma força que só colectivamente seremos capazes de conquistar, uma persistência que nos permita continuar, apesar de algumas incompreensões (mesmo daqueles que representamos), uma responsabilidade acrescida pela confiança que os sócios em nós depositam.

O SPN continuará a ser, sempre, uma força que conta! Uma força que continuamente se reforça!

Anabela Sousa
Direcção do SPN

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro
Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Inês Rangel · **Foto Capa** Adriano Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** n.º 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Sobre a inevitável capacidade de resistir



O que aconteceu no dia 5 de Junho era, no essencial, facilmente previsível. José Sócrates fez tantas e tão poucas que era mais do que evidente que o povo português, à primeira oportunidade, “correria” com ele. O problema é que se caísse sozinho e, sobretudo, se a sucessão fosse de bom augúrio, não viria daí qualquer problema para os portugueses. Infelizmente, não foi, não é, assim. Como se já não bastasse todo o “cozinhado” da *troika* entretanto preparado, agora a sua aplicação será feita por um governo de direita que não

precisa tentar disfarçar o que é, antes foi avançando com sinais de privatizações que excedem o inexcusável Sócrates.

São exactamente estes tempos, plúmbeos, ameaçadores e perigosos, que exigem dos sindicatos o melhor que tenham para dar.

Não é por acaso que já estão a ser atacados, pelos arautos da desgraça neoliberal, como o empecilho que resta à *suave* implementação das medidas que os usurários do costume querem instalar no país, fazendo com que o próximo governo, e a maioria que o vai sustentar, sejam pouco mais do que a câmara de eco de outro governo sediado fora do país.

Mas nós, sindicalistas conscientes e atentos ao jogo político e à manipulação que o sustenta, temos a obrigação de perceber todas as cambiantes deste discurso, nomeadamente entender que existe um objectivo claro de encurralar os sindicalistas, diminuir-lhes o campo de acção e, se possível, descredibilizá-los socialmente, por forma a afastar um obstáculo que sentem como incómodo e desafiante.

De facto, têm que compreender que uma maioria política, ainda que legítima e democraticamente obtida, não tem correspondência directa, de forma automática, numa maioria social que respalde e deixe instalar sem protesto e sem oposição medidas políticas concretas, e extremamente gravosas, que não tardarão a aparecer em catadupa daqui para a frente.

Trata-se, então, de garantir que há respostas que não deixarão de ser dadas, tenham elas a dimensão que tiverem, em que a denúncia e o repúdio dos efeitos negativos que essas medidas acarretam para os trabalhadores serão apenas os primeiros patamares da contestação que teremos de assumir.

E a primeira coisa que devemos afirmar, desde já, é: parem com essa ideia do inevitável! Isso é uma falácia vossa, das *troikas*...

As inevitabilidades não existem. São uma mentira vossa! Por muito que intentem inculca-la sistematicamente, dia após dia, usando todos os recursos. E fugindo sempre ao contraditório, claro...

Os próximos tempos serão de resistência, sim. Saibamos então resistir. Unidos e determinados. Citando a feliz expressão de um camarada, numa recente reunião de dirigentes do SPN, “só unidos resistiremos”.

Calados e resignados é que não!

Abel Macedo
Direcção do SPN

Tomaram posse os novos Corpos Gerentes do SPN

Os sócios do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) elegeram os Corpos Gerentes para o triénio 2011-2014 no passado dia 26 de Maio e, nos termos regimentais, os resultados foram proclamados e divulgados no dia 1 de Junho.

Os professores do Norte deram a vitória à Lista S – que se candidatou sob o lema *SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública* – para a Mesa da Assembleia-Geral, para a Direcção, para o Conselho Fiscal e de Jurisdição e para as direcções distritais de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real. Em Aveiro/Norte, venceu a Lista A (*Um SPN presente – sentir o sindicato nas escolas*).

Inicia-se, assim, um novo ciclo de três anos na vida do sindicato e, com ele, abre-se também um período de novas indefinições e de novas, mas previsíveis, ameaças à Escola Pública e às condições de exercício e de desenvolvimento da profissão docente.

Na primeira reunião dos Corpos Gerentes, realizada no dia da tomada de posse (4 de Junho), Manuela Mendonça foi eleita coordenadora da Direcção do SPN, obtendo um apoio esmagador dos presentes – tal como foi dito na oportunidade, vai coordenar “a melhor seleção”, porque foi a seleção que os professores do Norte escolheram, em que acreditam e que desejam forte, livre, combativa, solidária e vitoriosa!

Ana Brito Jorge
presidente da Mesa da Assembleia-Geral



Ana Alvim

Resultados das eleições

	Lista A	Lista S	brancos	nulos	TOTAL
Mesa da Assembleia-Geral	1275	2359	166	14	3814
Direcção	1324	2373	99	18	3814
Cons. Fiscal e de Jurisdição	1260	2387	151	16	3814
<i>Direcções Distritais (totais)</i>	<i>1344</i>	<i>2364</i>	<i>67</i>	<i>13</i>	<i>3788</i>
Aveiro	334	45	8	2	389
Braga	338	410	10	2	760
Bragança	43	350	3	5	401
Porto	467	1128	38	4	1637
Viana do Castelo	116	219	6	0	341
Vila Real	46	212	2	0	260



SPN **Relatório de actividades** 2010

O ano de 2010 arrancou com a assinatura, a 8 de Janeiro, de um acordo de princípios entre o Ministério da Educação e a maioria das organizações sindicais integrantes da Plataforma de Sindicatos para a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) e do modelo de avaliação do desempenho dos professores.

O facto de a recém-chegada equipa de Isabel Alçada ter conseguido um acordo com os sindicatos em pouco mais de um mês provou que a responsabilidade do que alguns designaram como “divórcio total” entre os professores e os anteriores responsáveis do ME não era dos sindicatos, mas da anterior detentora do cargo e do primeiro-ministro. Sucedendo a Maria de Lurdes Rodrigues, Isabel Alçada assumiu publicamente querer valorizar os professores, devolver-lhes a autonomia profissional, a autoridade posta em causa, dignificar a função docente, como condição essencial da valorização da Escola e de uma melhor formação das gerações futuras.

Por isso se esperava que a assinatura do acordo de 8 de Janeiro pudesse representar o primeiro passo de uma inversão das políticas educativas levadas a cabo nos últimos anos,

contribuindo para a dignificação e valorização social dos professores e para a melhoria das condições de trabalho na Escola Pública.

Mas cedo se percebeu que essas expectativas corriam o forte risco de sair goradas, à medida que se foi constatando que toda a sensibilidade revelada quanto ao grave problema dos horários e condições de trabalho dos professores, e as suas consequências, não tinha qualquer tradução prática no plano legislativo. A justificação acabaria por ser assumida pelos próprios responsáveis pelo ME: os constrangimentos financeiros impostos pelo Governo determinavam em absoluto as políticas ao nível dos vários ministérios.

Em Abril de 2010, o SPN participou activamente no 10º Congresso Nacional dos Professores, e no seminário internacional que o precedeu. O congresso, com o lema “Dar Valor aos Professores, Melhor Profissão, Melhor Escola Pública, Melhor Futuro”, realizou-se num período de intensa contestação à incidência da avaliação do desempenho na graduação profissional para efeitos de concurso, contestação que não viria a ter o efeito desejado, apesar da luta que desenvolvemos nos planos político e jurídico. Mas o congresso foi palco de muitas outras reivindicações, nomeadamente a exigência de alterações aos horários de trabalho dos professores; a consagração de mecanismos de recuperação de tempo de serviço para efeitos de transição na carreira; a abertura de vagas nos quadros das escolas, de forma a reforçar a estabilidade de emprego e a revisão do actual regime de autonomia e gestão.

Com o aproximar do final do ano lectivo, acentuou-se a preocupação com a redução de custos na Educação, como nos outros sectores da governação. Esta preocupação esteve na base de muitas medidas tomadas de forma precipitada e intempestiva, entre Julho-Agosto, provocando perturbação e instabilidade nas escolas, entre as quais a fusão de dezenas de estabelecimentos de ensino em 84 mega-agrupamentos e o encerramento de mais 700 escolas do 1º Ciclo. Estas medidas, de cariz marcadamente economicista, vieram juntar-se a problemas criados nos últimos anos e que a ex-equipa do ME, apesar das expectativas criadas, manteve inalteráveis, nomeadamente:

- horários de trabalho sobrecarregados, com um número excessivo de reuniões e tarefas burocráticas desgastantes e pedagogicamente inúteis;
- uma avaliação do desempenho que ameaça tornar-se um elemento fortemente perturbador do trabalho dos professores e a sua principal preocupação ano após ano;
- um modelo de gestão escolar de cariz tecnocrático que desvaloriza os órgãos pedagógicos e o seu funcionamento democrático;
- uma precariedade laboral e uma instabilidade profissional crescentes, que afectam muitos milhares de professores.

Estes problemas vieram ainda agravar-se no último trimestre do ano, com a discussão em torno do Orçamento de Estado. As desastrosas medidas que vêm sendo tomadas sob a capa do “combate à crise” constituem já um verdadeiro retrocesso civilizacional,

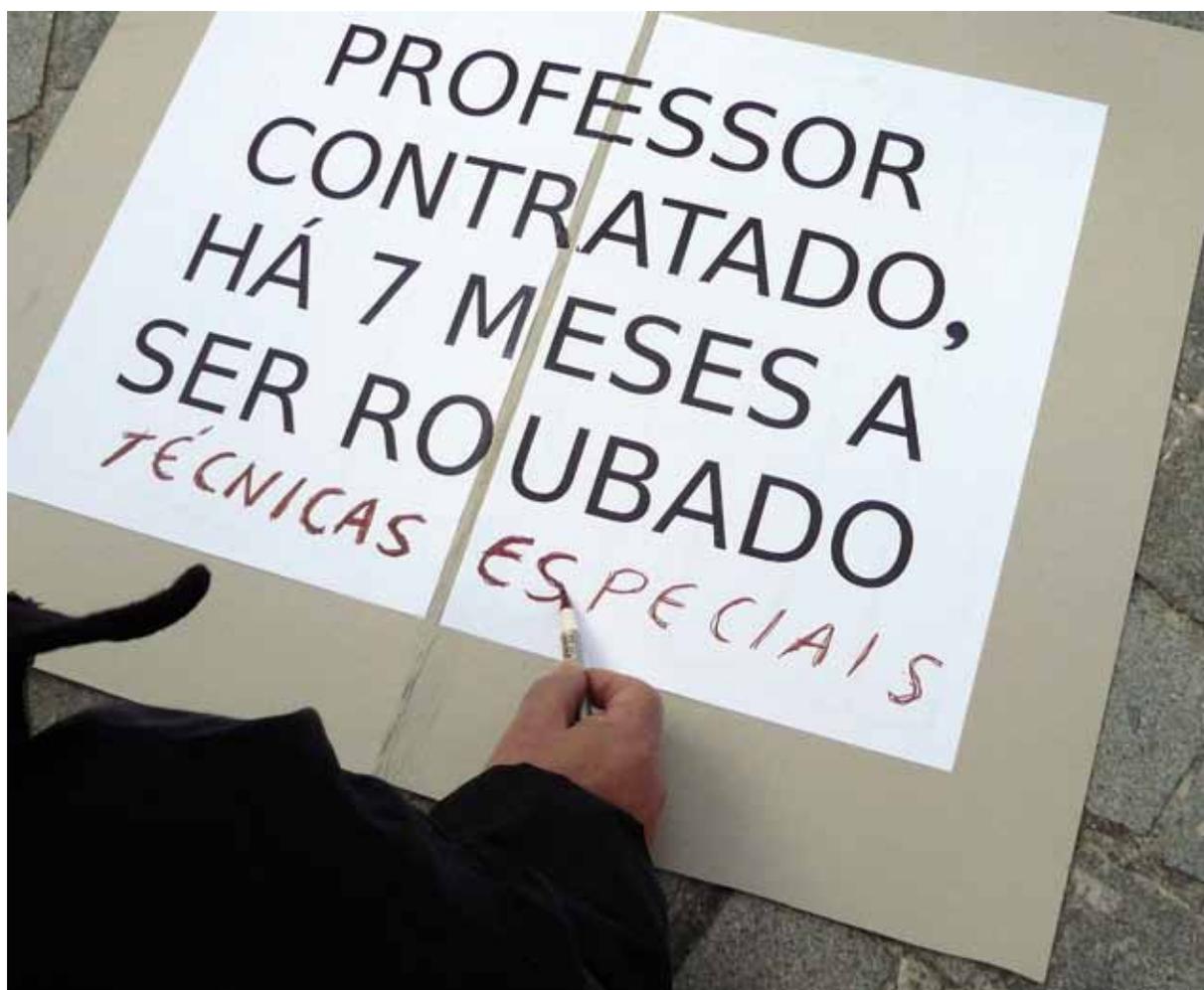
determinando, no mundo do trabalho, a perda de direitos fundamentais conquistados ao longo de muitas décadas de luta persistente.

A aprovação do Orçamento de Estado para 2011 faz antever um ano de enormes dificuldades para o país, e particularmente para as escolas e para os docentes portugueses, confrontados com um conjunto de medidas de contenção orçamental ditas de "optimização" e "rentabilização" de recursos que terão graves consequências ao nível das condições de trabalho e do emprego docente. Sendo a essência da despesa do ME alocada ao pagamento de vencimentos, é aí que os cortes vão incidir mais, quer pela redução salarial quer pela dispensa de pessoal.

A gravidade desta situação levou à realização de vários plenários de professores, mais gerais ou mais específicos (professores contratados, professores do ensino particular e cooperativo, entre outros), com uma dupla finalidade: alertar os docentes para as consequências destas medidas na degradação das condições de vida e de exercício da profissão docente e sensibilizá-los para a necessidade de lutar para inverter este caminho.

Mas os docentes portugueses não se mobilizaram apenas em torno das suas questões específicas. Contestaram igualmente a acção do Governo, que foi impondo mais sacrifícios aos trabalhadores, congelando salários, alterando as regras de aposentação e agravando a legislação relativa a vínculos, carreiras e remunerações, participando nas acções de luta promovidas pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e pela CGTP-IN, com destaque para a manifestação de 29 de Maio e para a Greve Geral de 24 de Novembro – a paralisação mais importante na história do país, com uma adesão excepcional no sector dos transportes e com adesões particularmente elevadas também nos sectores da educação, saúde, autarquias e indústria, em muitas regiões do país.

Finalmente, um último destaque para a acção sindical quotidiana, sempre centrada nas escolas, perseguindo objectivos de proximidade com os professores. Este trabalho,





decisivo para a luta dos professores, depara-se hoje com claras dificuldades acrescidas fruto da ofensiva desencadeada contra o movimento sindical docente, que atingiu profundamente o número de quadros sindicais disponibilizados para o trabalho no terreno. Assim mesmo, e ainda que realizado com muitas limitações, esse trabalho prossegue, na esteira da tradição do SPN, que faz da sua ligação com as escolas um eixo de identidade. No âmbito do Ensino Superior, 2010 foi um ano em que foi desenvolvido muito trabalho sindical junto das instituições, por força da implementação do novo Regime Jurídico, em especial no que respeita à avaliação do desempenho. Antes mesmo de serem conhecidas propostas de Regulamento da Avaliação (RAD), e na maior parte dos casos, de começarem a ser elaboradas, o SPN promoveu reuniões com os docentes em todos os institutos politécnicos e em todas as universidades da sua área de actuação. O SPN participou, ainda, nas reuniões com as comissões de redacção e/ou órgãos de gestão de todas as instituições que apresentaram propostas de RAD, e elaborou pareceres com propostas de alteração dos documentos.

No âmbito da comemoração do centenário da República e de mais um Dia Mundial dos Professores, o SPN e «A Página da Educação» promoveram em Outubro o colóquio "Educação e Res Publica".

Durante o primeiro período de 2010/2011, destaque ainda para o trabalho preparatório do 7º Congresso dos Professores do Norte, com a realização de seis seminários distritais preparatórios.



SPN 2010

JANEIRO

- 06. Almoço de Reis dos Professores Aposentados – Porto
- 07. Plenário de Sindicatos (CGTP) – Lisboa
- 08. Plenário da Frente Comum – Lisboa
- 09. Assembleia-Geral da CNAsti – Braga
- 27. Assembleia-Geral de Sócios do SPN para aprovação do Plano de Actividades e Orçamento de 2010
- 28/29. Curso da CGTP (Trabalho com Direitos) - Lisboa

FEVEREIRO

- 05. Participação na Manifestação Nacional da Administração Pública – Lisboa
- 09. Cimeira da Frente Comum – Lisboa
- 24. Reunião do Grupo Economia Social, Desenvolvimento Sustentável e Consumidores (CGTP) – Lisboa

MARÇO

- 06/07. Conferência Internacional de Apoio ao Povo Saharai – Granada
- 08. Participação nas comemorações do Dia Internacional da Mulher
- 24. Assembleia-Geral de Sócios do SPN para aprovação do Relatório e Contas de 2009

ABRIL

- 19-25. Participação na Semana de Acção Global pela Educação (SAGE), sob o lema “Financiamento da Educação”
- 22. Participação na conferência internacional “Sindicalismo docente em tempos de globalização” – Montemor-o-Novo
- 23/24. 10º Congresso Nacional dos Professores – Montemor-o-Novo
- 25. Participação nas Comemorações do 25 de Abril
- 26. 3ª Conferência da CPLP-Sindical de Educação – Lisboa

MAIO

- 01. Participação nas comemorações do 1º de Maio
- 03. Participação na concentração em S. Bento em protesto contra o modelo de Avaliação de Desempenho Docente – Lisboa
- 15. Plenário de Sindicatos CGTP – Lisboa
- 22. Participação no debate sobre sindicalismo promovido pelo NAM – Porto
- 25. Presença na tomada de posse da Direcção do Sindicato da Hotelaria – Porto
- 29. Participação na Manifestação Nacional dos Trabalhadores – Lisboa

JUNHO

- 07. Participação na conferência parlamentar “Que currículo para o século XXI?”, Assembleia da República – Lisboa
- 12. Encontro com a CIG-Ensino para preparação do Fórum Mundial da Educação – Porto
- 28. Reunião com representantes dos órgãos de gestão das escolas do Norte sobre o processo de reestruturação da rede escolar Porto

JULHO

- 01. Participação no Encontro “Democracia para a Escola”, organizada pela FENPROF – Lisboa
- 01-04. Participação na 6ª Edição do Fórum Social Europeu em Istambul – Turquia
- 07. Plenário Regional de Professores e Educadores Contratados – Porto
- 08. Plenário de Professores e Educadores sobre alteração ao Estatuto da Carreira e ao Modelo de Avaliação – Porto
- 08. Participação no Dia Nacional de Protesto e Luta – descentralizado
- 21-24. Participação no 32º Congresso do Movimento Escola Moderna – Évora

SETEMBRO

- 01. Apresentação do “Guia de Sobrevivência do Professor(a) e Educador(a) Contratado(a) e Desempregado(a)” – Lisboa
- 22. Participação na Cimeira da Frente Comum - Lisboa
- 29. Participação na jornada de luta contra o desemprego e as injustiças promovida pela CGTP – Porto

OUTUBRO

- 02. Participação no colóquio “Educação e (Res)Pública” – Porto
- 09. Participação no colóquio “Os Professores, em defesa da Escola Pública”, FENPROF – Lisboa
- 16. Participação no colóquio “Os Professores, em defesa da Escola Pública”, FENPROF– Fundão
- 22. Plenário de Sindicatos da Frente Comum – Lisboa

NOVEMBRO

- 06. Participação na Manifestação Nacional da Administração Pública – Lisboa
- 09. Participação na homenagem da Universidade de Coimbra a Aminetu Haidar e Encontro com Professores – Coimbra
- 12. Distribuição pública de propaganda no âmbito da USP – Porto
- 13. Seminário sobre “Organização escolar, democracia e autonomia” (7º Congresso dos Professores do Norte) Viana do Castelo
- 14. Apoio e participação no concerto “Paz sim, Nato não” – Porto
- 17. 28º Aniversário do SPN
- 20. Participação na manifestação “Paz sim, Nato não” – Lisboa
- 20. Seminário sobre “Organização escolar, democracia e autonomia” (7º Congresso dos Professores do Norte) – Vila Real
- 20. Participação no seminário sobre “Educação Intercultural” – Lisboa
- 24. Greve Geral
- 27. Seminário “Uma escolaridade para todos, democraticamente organizada” (7º Congresso dos Professores do Norte) – Braga

DEZEMBRO

- 04. Seminário “Uma identidade profissional docente dignificada, assente num sindicalismo autónomo, vivo e actuante” (7º Congresso dos Professores do Norte) – Porto
- 04. Seminário sobre “Uma escolaridade para todos, democraticamente organizada” (7º Congresso dos Professores do Norte) – Bragança
- 11. Seminário sobre “Uma identidade profissional docente dignificada, assente num sindicalismo autónomo, vivo e actuante” (7º Congresso dos Professores do Norte) – S. João da Madeira
- 15. Assembleia-Geral de Sócios do SPN para apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2011

SPN promoveu colóquio no Porto

No dia 3 de Maio, o Sindicato dos Professores do Norte levou a cabo um debate sobre a gestão das escolas e a rede escolar. Na altura, o Governo estava demissionário e o processo de criação de novos mega-agrupamentos parecia ter sido suspenso. No entanto, a expectativa era que, provavelmente ainda este ano lectivo, a questão voltaria a estar em cima da mesa – expectativa confirmada no programa da *troika* e no programa eleitoral do PSD, justificando a atenção que o SPN continuará a dar a este processo e a publicação – com a devida vénia – de 12 argumentos contra os mega-agrupamentos enunciados por José Matias Alves numa iniciativa da Universidade Católica do Porto e que podem funcionar como pistas de reflexão para o debate necessário (página seguinte).

Na Fundação Engº António de Almeida, a intervenção inicial esteve a cargo da coordenadora do SPN, Manuela Mendonça, que fez o enquadramento da iniciativa. Na ocasião, alertou para as dificuldades resultantes da junção artificial de escolas com histórias e culturas distintas e da substituição de uma gestão de proximidade por uma gestão à distância, a desumanização dos espaços, a impessoalidade das relações, a descoordenação pedagógica, a morosidade dos processos, a sobrecarga de trabalho e o aumento da burocracia, da conflitualidade e do centralismo.

Davide Dias, da direcção do SPN, fez um breve historial do quadro jurídico a que obedeceu a reestruturação da rede escolar e apresentou as principais conclusões de um estudo realizado pela Fenprof sobre a constituição e o funcionamento dos 84 mega-agrupamentos criados em 2010.

Domingos Carvalho, da Comissão Executiva Instaladora do Agrupamento de Escolas de Celorico de Basto – e anterior director de um dos três agrupamentos fundidos – deixou um testemunho das dificuldades que quotidianamente surgem ao nível da gestão de uma unidade orgânica desta dimensão: na organização e funcionamento das escolas, nas relações que se estabelecem no interior da comunidade educativa, no emprego e nas condições de trabalho dos profissionais, na proximidade e qualidade das respostas educativas.

A última intervenção coube a Licínio Lima, catedrático em Administração Escolar, que começou por lembrar que a ideia de constituição de agrupamentos não é nova, embora os objectivos subjacentes à sua criação sejam diferentes. Recordou as P3, as EBI e outras tipologias que surgiram com o objectivo de promover a articulação entre ciclos e o desenvolvimento socioeducativo numa lógica de *associativismo* e de *desenvolvimento*, construída de baixo para cima. Ao contrário, a criação dos mega-agrupamentos insere-se numa lógica *racionalizadora* e de modernização e é construída de cima para baixo. Do seu ponto de vista, estes agrupamentos trouxeram outros problemas, que nos obrigam a reflectir para evitar a sua legitimação.

Considerou, depois, que os actuais agrupamentos tendem a constituir-se como sedes des-concentradas da Administração Central e encerram em si um grande potencial de controlo e fiscalização, nomeadamente por recurso ao *taylorismo informático*. Caracterizam-se por uma cultura de hiper-racionalização e de hiper-burocracia, levando à alienação do trabalho pedagógico e à intensificação do trabalho dos professores.

Licínio Lima questionou, ainda, alguns dos argumentos que têm sido usados para justificar alterações à gestão das escolas e da rede, nomeadamente, que uma liderança individual é mais forte do que uma colegial ou que nas escolas pequenas os alunos não aprendem. A encerrar, Manuela Mendonça lembrou que a Fenprof tornou pública a exigência de uma avaliação rigorosa das “unidades orgânicas” existentes antes de se avançar para a criação de outras de igual ou ainda maior dimensão e complexidade. Sabendo-se que noutros países a melhoria dos resultados educativos se promove apostando em escolas de pequena e média dimensões, defendeu a realização de um debate público que permita compreender se queremos escolas com projectos e identidades próprias ou “unidades orgânicas” descaracterizadas e pedagogicamente ingovernáveis.

Argumentário de Matias Alves contra os mega-agrupamentos



De um modo genérico, a criação dos mega-agrupamentos é um erro crasso porque destrói a ideia de escola, a ideia de comunidade educativa, a ideia de projecto. E produz, por isso, uma perda nas aprendizagens dos alunos. Os argumentos:

1. Lideranças. as lideranças instrucionais, transaccionais e transformacionais (que a literatura reconhece como forças poderosas de mudança educacional) perdem as condições de exercício e tendem a transformar-se em mera gestão burocrática de estruturas;

2. Comunicação. A comunicação intra-agrupamentos era um ponto crítico reconhecido na generalidade das situações, o que limitava fortemente a coerência e a coesão na acção; com esta medida, a comunicação tende a ser um simulacro; e as articulações verticais e horizontais – outro ponto crítico do sistema – tendem a ser definitivamente enterradas;

3. Visão comum. A necessidade de uma missão e de uma visão comuns construídas pelo maior número possível de actores (e autores), já de si tendencialmente inexistente, mas que toda a investigação reconhece como central na promoção da eficácia organizacional, tende a ser erradicada. Muitos anos se vão passar até ser possível restaurar o que agora se perde (a prosseguir-se este caminho);

4. Climas de escola. Os climas de escola – reconhecidamente uma variável central na promoção das aprendizagens dos alunos – são seriamente danificados com este processo caótico e irracional (em termos educativos);

5. Fragilização da monitorização e auto-avaliação. A monitorização e auto-avaliação dos processos e resultados – um dos maiores pontos críticos identificados pela avaliação externa realizada pela IGE – vão ser ainda mais fragilizadas, perdendo, por muito tempo, a esperança de colocar a auto-avaliação ao serviço da melhoria das organizações educativas;

6. Ameaça ao trabalho colaborativo. O trabalho colaborativo, designadamente em sede de departamentos, ciclos, anos de escolaridade, tão necessário para enfrentar os complexos desafios educativos, tende a ser impossível com as mega-estruturas entretanto fundidas;

7. Lógica da desconfiança. A confiança numa ordem legal estável e confiável é definitivamente enterrada; conselhos gerais eleitos há pouco mais de um ano são desfeitos; directores seleccionados e eleitos no mesmo prazo temporal são agora chamados e despedidos uns e promovidos outros a directores fictícios de conglomerados organizacionais;

8. Relações. As relações entre os membros da organização – factor-chave de sucesso – são seriamente afectadas, criando-se um *ethos* destrutivo e nefasto;

9. Concentração e hierarquização do poder formal. A concentração e a hierarquização do poder – ao invés do pretendido – são factores de perda, de ameaça ao necessário *empowerment*, de reforço das tendências centrífugas e anárquicas, sendo expectável o cenário da *ingovernabilidade* destas mega-organizações;

10. Défice de participação. As ligações escola-família – outro factor crítico – nada ganham com esta solução, podendo, pelo contrário, afectar a comunicação com o dirigente máximo;

11. Sobredimensionamento da arena política e da anarquia organizada. A co-existência de culturas profissionais em conflito de visões e percepções pode transformar a escola numa *arena política* ainda mais destrutiva e numa *anarquia organizada*.

12. Balcanização do projecto educativo ou enterro definitivo. O projecto tem sido um instrumento de gestão das escolas que visa: unificar a acção pedagógica e educativa, federar vontades, criar dinâmicas de acção mais convergentes. Os mega, na prática, tornam quase impossível esta concretização.

Caducidade do contrato: ME pretende negar o direito à compensação

Há quase dois anos, o Ministério da Educação (ME) decidiu unilateralmente garantir o direito a indemnização por caducidade do contrato, prevista no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (Lei nº 59/2008), apenas se não ocorresse nova colocação do docente a 1 de Setembro.

Com esta decisão, o ME, aparentemente, confundia os efeitos e as razões da criação desta figura com os relativos ao subsídio de desemprego. De facto, se este último é uma compensação pela situação de desemprego involuntário, a compensação por caducidade do contrato não depende legalmente da obtenção ou não de nova colocação, visando, como a sua designação indica, uma compensação pela extinção do vínculo laboral, ou seja, pela própria situação de precariedade.

Contudo, no passado dia 11 de Junho, o ME foi ainda mais longe. Através da Circular B11075804B, da DGRHE, enviada às escolas por e-mail, via direcções regionais de educação, é vertida a informação de que aos contratos a termo celebrados por docentes do Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário não se aplica a norma da “compensação por caducidade”. A circular refere que, “nos contratos a termo celebrados ao abrigo

dos regimes especiais de contratação consagrados no Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Dezembro, e no Decreto-Lei nº 35/2007, de 15 de Fevereiro, *não há lugar à compensação por caducidade* dos mesmos, em virtude de não lhes ser aplicável a norma legal vertida no art. 252.º do RCTFP”.

Esta situação traduz um profundo e inaceitável desrespeito pelos docentes, logo por aqueles que se encontram em situação mais precária e que enfrentam, muito provavelmente, não apenas o espectro do desemprego, mas uma enorme incerteza quanto à possibilidade de voltarem a exercer a profissão, e logo num tempo em que outros direitos, designadamente apoios em situação de desemprego, foram também reduzidos.

Mas esta informação nem sequer respeita as mais elementares regras lógicas, defendendo que nestes casos não se aplica o artigo 252.º do RCTFP, quando a própria minuta do contrato que os docentes assinam assenta precisamente nesse regime!

O SPN verbera este comportamento de uma equipa ministerial que nem no seu estertor dá descanso a uma classe já tão vitimizada nestes últimos tempos e insta os seus associados a procurarem junto do Departamento de Contencioso o apoio para juntos combatermos mais este abuso de poder, agindo junto dos tribunais e assim lutarmos pela salvaguarda dos direitos dos educadores/professores que representamos.

Medida poderá afectar dezenas de milhar de docentes, pois este será o ano em que se espera o que poderá ser o maior nível de desemprego docente dos últimos anos

Docentes contratados em substituição: termo do contrato

Há cerca de um ano, chegavam às escolas orientações da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE) no sentido de os contratos de serviço docente que tivessem sido celebrados para substituição de docentes não serem prolongados para além do termo das avaliações, visando o Ministério da Educação (ME) acabar com a prática de manter os mesmos em vigor até ao termo do ano escolar. Aliás, tal era não apenas uma prática, mas a consequência lógica de um contrato, celebrado a termo incerto, por, na maior parte dos casos (ausências por doença e maternidade) não ser conhecida a data de regresso do titular do lugar. Esta formulação foi inclusivamente, durante anos, usada no próprio contrato, quando de substituição, ao passo que os contratos para serviço remanescente eram logo celebrados a termo certo, coincidente com o termo do ano escolar. Na altura, e em resultado da não sistematização ou formalização da informação, aconteceu de tudo um pouco, tendo inclusivamente havido docentes que, já em gozo de férias, foram avisados de que

o seu contrato ia terminar daí a escassos dias, ou até que já terminara! Casos houve em que as direcções das escolas nem sequer pretendiam garantir o direito ao gozo de férias e, claro, à respectiva remuneração e contagem do tempo de serviço!

Na sequência destes acontecimentos, muitos foram os sócios que nos procuraram e vários os que decidiram desencadear processos contra o ME, visando a defesa dos seus direitos, quer quanto à remuneração, quer quanto à contagem do tempo de serviço.

Ora, os docentes agora colocados nas mesmas circunstâncias começaram já a ser informados – na maior parte dos casos, verbalmente, que não tem qualquer valor formal – de que o mesmo vai suceder este ano, pelo que desde já se apela aos sócios do SPN que não deixem de colocar a questão ao Contencioso do sindicato, a fim de se inteirarem das possibilidades que existem de se levar a cabo a defesa dos seus interesses e direitos.

Ensino Superior público no barco da privatização

Universidade do Minho a caminho do regime fundacional

Ignorando os pedidos de realização de um referendo a toda a comunidade académica, assim como os resultados dos referendos realizados autonomamente por quatro escolas, que revelaram oposição da academia à transição, o Conselho Geral da Universidade do Minho (UM) acabou de aprovar a proposta de passagem daquela instituição a fundação pública de direito privado (16 votos a favor e 7 contra).

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN), docentes, investigadores, alunos, funcionários e outras estruturas sindicais estiveram frente à Reitoria da UM, durante a reunião do Conselho Geral, para manifestar o seu protesto perante a iminência de uma decisão que não tinha sido prevista no processo de eleição do Conselho Geral.

É de registar que os votos contra foram dos funcionários e de alguns docentes. As personalidades externas votaram a favor. Até os alunos do Conselho Geral, entre os quais o presidente da Associação Académica, votaram favoravelmente, apesar de haver um abaixo-assinado de cerca de dois mil estudantes contra este processo.

Henrique Borges



Academia ignorada. Neste momento decisivo para o presente e o futuro da UM e do Ensino Superior público, o SPN não pode deixar de se manifestar publicamente contra esta opção e considera ser deveras preocupante que uma decisão tão crucial tenha sido tomada sem o devido debate político público e nacional e sem auscultação, discussão e decisão pelos docentes, investigadores, funcionários e estudantes da UM. De facto, a vontade da academia foi ignorada e a democracia menosprezada.

O Estado está progressivamente a delegar os poderes de gestão do Ensino Superior a administradores privados, como vem acontecendo noutros sectores públicos. Desresponsabiliza-se e demite-se da sua função constitucional de garantir à nação um Ensino Superior público. O Ensino Superior público, tal como a própria designação indica, deve ser um bem público. A passagem ao regime fundacional abre a porta a uma gestão de cariz privado, cujo desenvolvimento pode, por constrangimentos políticos ou de mercado, pôr em causa o serviço público e a liberdade académica.

Carreiras em risco. Em termos de carreira docente, a mudança que se avizinha abre as portas à contratação de docentes pelo regime privado, sem a protecção do Estatuto da Carreira Docente Universitária.

Também os funcionários não docentes poderão passar para contratos elaborados à luz do Código do Trabalho, saindo do Regime de Contrato de Trabalhadores em Funções Públicas.

Os cursos a abrir/manter vão estar sujeitos a critérios de mercado e o valor das propinas poderá ser ainda mais liberalizado. Aliás, paradigmaticamente, na mesma reunião onde aprovaram a passagem a fundação, os alunos foram já confrontados com uma proposta de aumento de propinas que foi aprovada apesar dos seus votos contra. Estamos convictos de que o direito ao acesso ao Ensino Superior está em causa e que também os alunos verão a sua representatividade e força diminuídas com a fundação.

Num contexto onde é cada vez maior o desinvestimento no Ensino Superior, a passagem das universidades a fundações pode, para alguns, parecer um oásis, abrilhantado com a promessa de alguns facilitismos gestionários a curto prazo, mas na realidade configura um risco de se perder a missão pública do Ensino Superior em Portugal. Está em causa o acesso universal ao ensino superior. Estão em risco as carreiras dos funcionários, docentes e investigadores, ameaçadas pela passagem ao regime privado. Está sob ameaça o Ensino Superior público de qualidade, pelo qual o SPN não deixará de lutar.

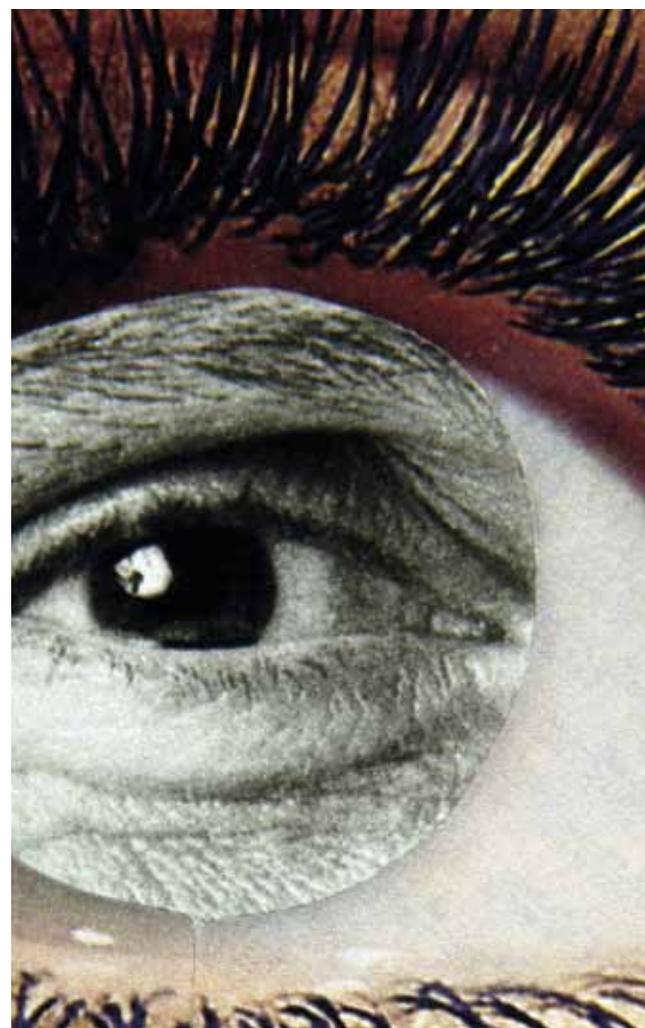
SPN/Departamento de Ensino Superior

Como evitar o descalabro social?

Ao defender salários dignos estamos a atacar a injusta repartição da riqueza e a contribuir para a procura interna que nos enriquece. Ao defender o emprego com direitos estamos a atacar o regresso ao escravagismo e a oferecer o melhor de todos os recursos de qualquer país, a sua força de trabalho. Ao defender o controlo do Estado sobre os transportes, comunicações, água, energia, estamos a atacar quem nos quer subtrair os recursos mais importantes. Ao defender o Serviço Nacional de Saúde estamos a atacar quem apenas pensa no seu bem-estar e a aumentar a qualidade de vida média. Ao defender uma educação para todos, através de uma rede de escolas públicas, estamos a atacar quem se opõe à valorização do principal recurso do país, os seus cidadãos.



Após as eleições de 5 de Junho em Portugal, apenas 4 dos 27 países da União Europeia são governados por partidos do “arco socialista”. Apesar das políticas nesses quatro países não se diferenciarem muito das dos restantes 23, Berlim e Paris celebraram a vitória da direita neste cantinho mais ocidental da Europa e esperam agora, ansiosamente, por uma Ibéria em tons de negro, a cor da direita reaccionária/liberal do império germânico. Entretanto, fritam a Grécia em lume médio/alto e fazem ajoelhar o seu governo, pretensamente socialista, num fundo oceânico coberto de ouriços-do-mar. Aparentemente, não havia necessidade de uma tal “limpeza étnica” (dado o alinhamento quase entusiasta do campo socialista europeu com as doutrinas neo-liberais!), sufragada por eleitores levados ao estado de pânico absoluto pelos políticos e comentadores pagos para o fazer. Mas, estamos a atravessar um tempo no qual se quer ver instaurada na Europa uma ortodoxia política sem falhas. Se os mercados se tornaram cada vez mais “perfeitos”, aos políticos não deve ser deixada qualquer margem de manobra para que expressem a menor sombra de dúvida acerca da sua eficácia. Repetem-se as práticas místicas que atravessaram os longos anos da peste negra do século XIV europeu. Quem achasse que o uso de uma máscara de tecido, envolvendo a boca e o nariz, pudesse ter um efeito protector e evitar uma propagação mais acelerada da doença era considerado herético. Se Deus, o “mercado perfeito”, tinha enviado a praga haveria de dar-lhe um fim, quando a sua infinita sageza assim o determinasse. Quase sete séculos depois a mesma lógica: a crise do *subprime*, de 2007/08, que deveria ter conduzido ao afundamento o doutrina neoliberal acabou por se transformar na fonte do seu revigoração. No fundo, entoam os seus arautos, os homens são falíveis, mas os mercados são eficientes. A solução reside pois no “emagrecimento” do Estado. Um Estado “gordo” perde-se no labirinto das suas funções sociais e não cumpre a “nobre” função de regulador.



O “teorema” neoliberal e os seus “corolários”

O monetarismo ultramontano da Escola de Chicago, esforçou-se, nos anos setenta do século passado, por encontrar um exemplo de mercado “sem fricção”, ou seja, o Santo Graal dos neo-liberais: o mercado perfeito. À falta de melhor abocanhou os exemplos de Singapura e Hong Kong que, como toda a gente sabe, eram (e ainda são!) territórios extensíssimos! Tinham em comum estas duas cidades (com algum espaço à volta), para além das elevadas taxas de crescimento económico – dada a especificidade da sua situação político-geográfica – o desprezo absoluto pelos direitos dos trabalhadores (as imigrantes malaias, filipinas ou indonésias, por exemplo, eram obrigadas nessa época, e provavelmente ainda o são, a apresentar-se todos os seis meses às autoridades de saúde de Singapura para provarem que não estavam grávidas, condição indispensável para manter a autorização de trabalho e residência!) e uma afectação do capital à actividade económica feita quase exclusivamente pelos mercados financeiros. Estender este “oásis” mercantil a todo o mundo passou a ser a pedra de toque dos neo-liberais. A perfeição seria certamente atingida quando o mundo inteiro fosse um grande mercado: indivíduos, famílias, empresas, estados e grandes instituições financeiras negociariam interminavelmente para atingir a melhor afectação possível de todos os recursos. A queda do muro de Berlim abriu-lhes as portas do céu, escancarando as do inferno para todos os trabalhadores. Os mercados não são eficientes, nem perfeitos. Pelo contrário, são destabilizadores e conduzem às chamadas “bolhas financeiras”, que a prazo destroem a economia real e lançam os trabalhadores no desemprego e na ausência de protecção social. O grande “teorema” neoliberal dos mercados perfeitos é uma falsidade que deve ser combatida proibindo a especulação bancária e controlando os movimentos de capitais, para além da aplicação de taxas significativas sobre as transacções financeiras e de tectos bem definidos para as remunerações dos seus operadores.

O “teorema” da perfeição dos mercados tem três corolários básicos, qual deles o mais falso. O primeiro tem a ver com o favorecimento do crescimento económico. Contudo, a substituição do financiamento bancário das empresas pelo financiamento através dos mercados de capitais tem vindo a conduzir a

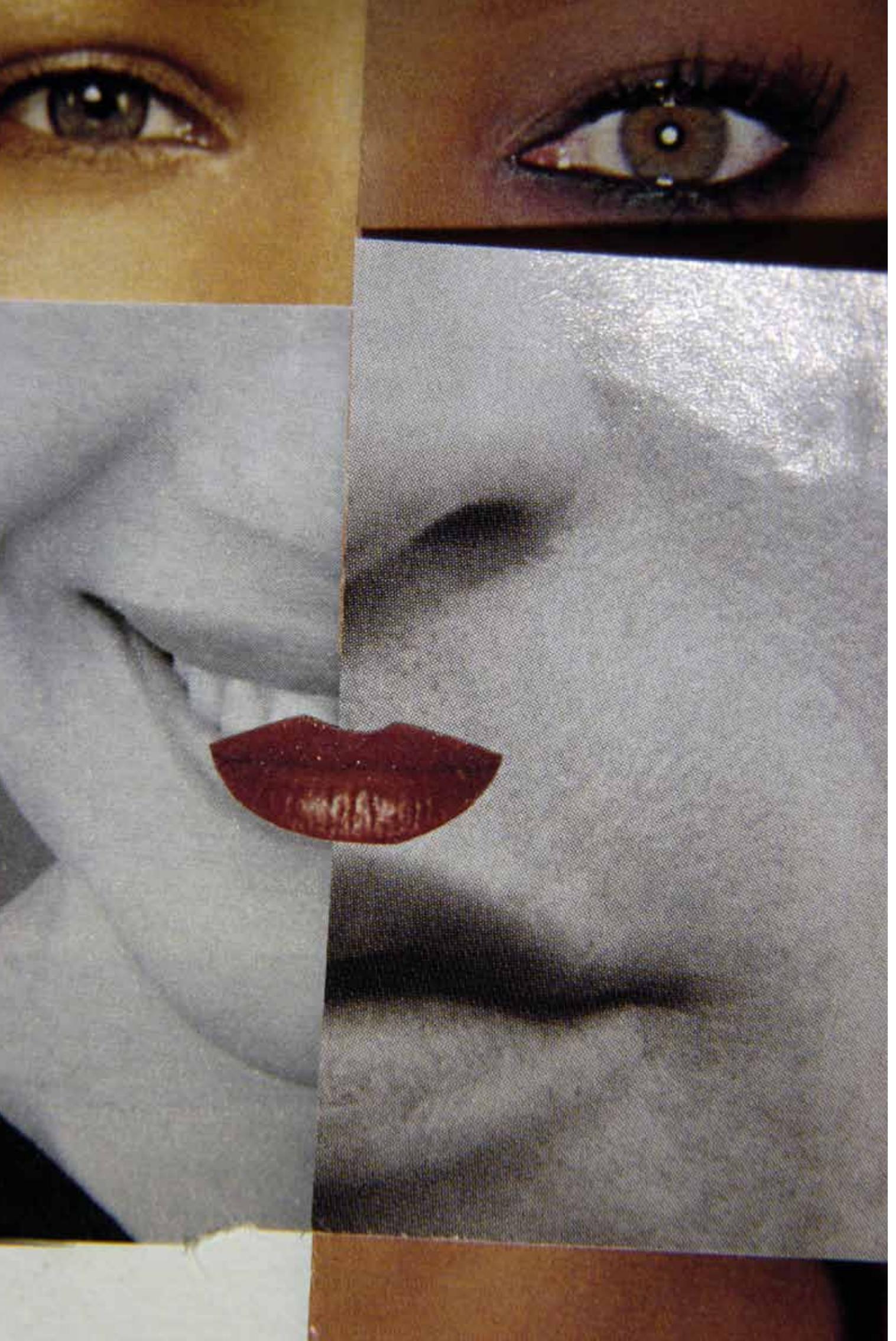
um aumento exponencial do valor das acções, pelo que os dirigentes das empresas cotadas em bolsa passam a ter como principal missão enriquecer os accionistas. Assim, são as empresas quem financiam os accionistas e não o contrário. Lá se vai o crescimento económico! O segundo está directamente ligado à sua capacidade de ajuizar de forma eficiente o grau de solvência dos estados soberanos. Nada mais errado! A avaliação dos mercados financeiros, feita pelas agências de *rating* não é neutra. Quando baixam a notação de um estado provocam a subida da taxa de juro que lhe é exigida pelos compradores de títulos de dívida pública, pelo que ampliam o seu risco de colapso. O terceiro postula que é necessário assegurar a sua estabilidade, dos mercados financeiros, para que possam financiar as dívidas públicas. Os países europeus estão a ser neste momento vítimas de tal postulado. Como o BCE (Banco central Europeu) não tem legitimidade para subscrever directamente a emissão de obrigações públicas os estados, que se supõe serem por natureza despesistas, são submetidos à disciplina dos mercados financeiros, que se supõe serem por natureza perfeitos e eficientes. Os resultados estão à vista de todos. Os países que experimentam dificuldades de financiamento são barbaramente espoliados quando a eles recorrem. A saída para este tipo de situações só pode ser encontrada através da redução da dependência das empresas relativamente aos mercados financeiros, incrementando uma política pública de crédito, da regulamentação da actividade das agências de *rating*, da garantia da compra de títulos da dívida pública pelo BCE e da renegociação dos juros e extensão da maturidade da dívida.

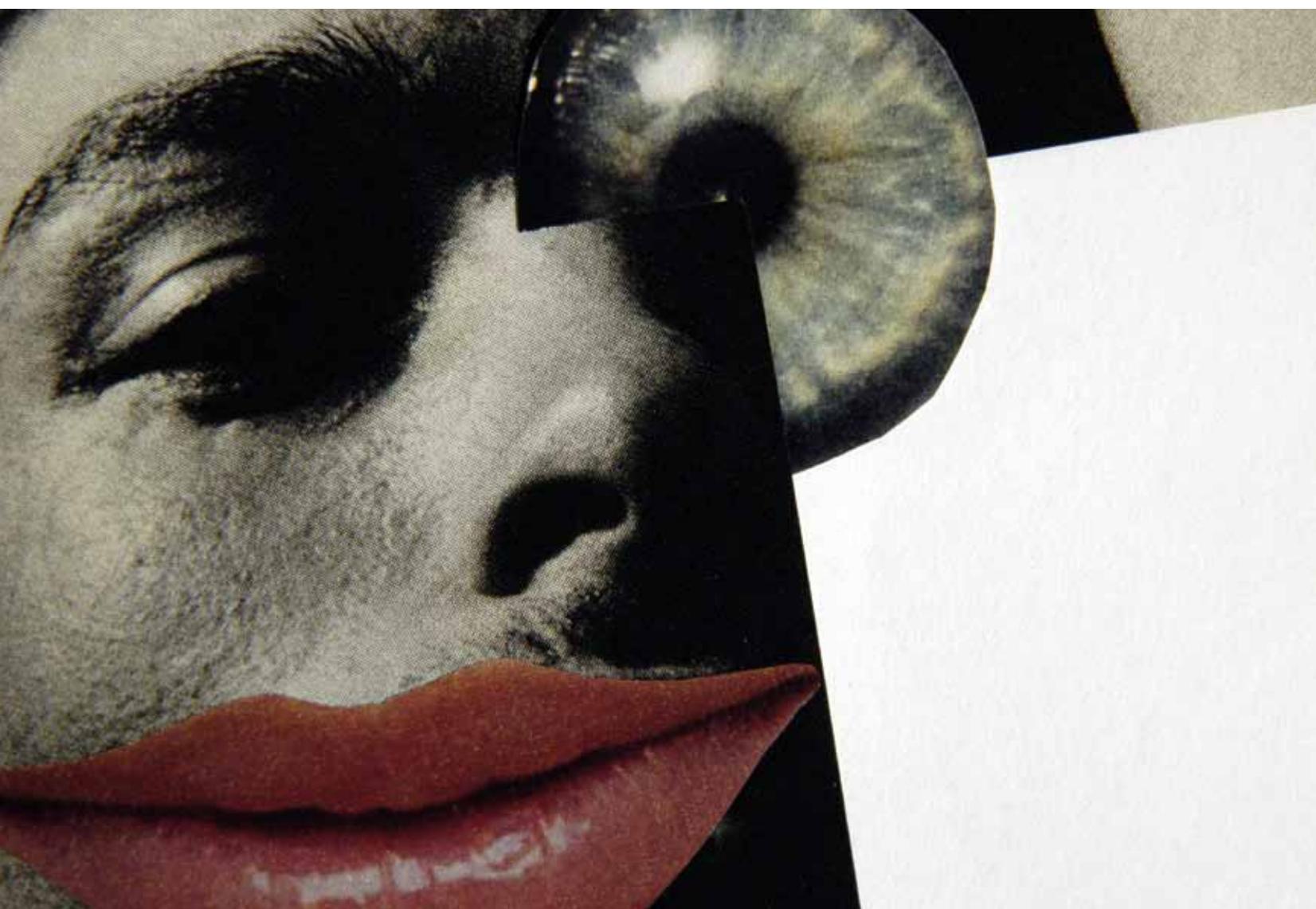
As receitas do FMI e da União Europeia

As soluções draconianas para o problema das dívidas públicas constituem-se, nos países afectados pelo problema, como um autêntico mecanismo de transferência de riqueza dos pobres para os ricos. Os cortes salariais, a diminuição ou eliminação das prestações sociais e a precarização das relações de trabalho, por exemplo, rivalizam com a descida dos impostos e das contribuições das empresas, nomeadamente da taxa social única. Trata-se, na verdade, de um mecanismo de redistribuição invertido perante o qual todos perdem excepto o grande capital financeiro e os seus operadores (no campo político e empresarial).

Por outro lado, no contexto internacional, os países mergulhados na crise da dívida são sugados pelo capital financeiro, através do pagamento de juros exorbitantes, e espoliados dos seus recursos mais importantes por via de privatizações selvagens a preço de saldo.

Mas, o mais grave de tudo é a imposição da agenda neoliberal, custe o que custar. Veja-se o exemplo português. Antes da assinatura do memorando de entendimento com a *troika* os comentadores do costume, os políticos do “arco da governação” e todas as instâncias internacionais portavam-se como virgens ofendidas quando se falava da reestruturação da dívida. Mal o memorando foi assinado, e as primeiras tranches começaram a chegar, a conversa começou a mudar. Afinal, sobrecarregado com mais um empréstimo de 56 mil milhões de euros (para falar só da parte europeia!) com juros de 5,1% para uma maturidade de 7 anos e meio, e uma recessão às costas, Portugal nunca conseguirá pagar a dívida, dizem agora as antigas virgens ofendidas. Por isso será preciso reestruturá-la, mas só quando demonstrarmos que somos capazes de cumprir o memorando, isto é, quando o que resta do estado social estiver definitivamente liquidado e quando as empresas públicas estratégicas estiverem nas mãos das empresas alemãs, francesas ou holandesas. Curiosamente, nenhuma dessas virgens ofendidas se interroga um momento sequer sobre as razões que levam a Europa, a “nossa” solidária Europa, a cobrar-nos juros mais elevados (e a prazo mais curto!) que aqueles que os próprios mercados financeiros nos cobravam há menos de um ano. É o preço do risco, certamente, não vale a pena falar disso! Angela Merkel, contudo, avança uma outra explicação: é preciso castigar os pequenos países da periferia, que não se portam bem com os seus défices excessivos provocando pequenas comichões na solidez da moeda única. É uma explicação mais verosímil, vinda de quem vem, dado o peso do conceito de culpa luterano, ou mesmo calvinista, se pensarmos na Holanda e nos países nórdicos. Mas, é apenas uma cortina de fumo! E o que essa cortina de fumo esconde é que a “ajuda” que recebemos da Europa, através dos seus grandes bancos, lhes é muito útil para contrabalançar o lixo tóxico do *subprime* que continuam a possuir em grandes quantidades. As dívidas soberanas dos países periféricos, ainda que muito fragilizadas pelas notações das agências de *rating* (as mesmas que não conseguiram prever a toxicidade do lixo que agora inunda os bancos europeus e americanos!) são muito úteis para a melhoria dos rácios dos principais bancos europeus, principalmente se estiverem em causa juros absolutamente agiotas.





Como evitar o descalabro social?

É preciso ver para além da propaganda. A teoria da inevitabilidade, neste mundo capitalista, enfraquece quem nela acredita e enriquece os que a propagam. É verdade que o problema da dívida soberana é real. É verdade que uma eventual bancarrota destruiria a fraca classe média do país e arrastar-nos-ia para um vórtice de pobreza. É verdade que precisamos que o exterior financie a maior parte da nossa economia porque não geramos internamente poupança que se veja. Mas, também é verdade, que aqueles que nos lembram isto todos os dias, estejam eles sentados em Belém, em S. Bento ou à frente de grande banco ou grande empresa (pública ou privada), são exactamente os mesmos que apoiaram a destruição da nossa frota de pesca e que tudo fizeram para desertificar o interior do país. Deles não há nada a esperar!

O catecismo neoliberal está instalado por todo o planeta. Há uma noção generalizada de que os recursos são escassos e, portanto, a hipótese de um “mercado perfeito” para os distribuir é intelectualmente tentadora. Principalmente para aqueles que detêm o poder económico e subjagam o poder político! Perante este estado de coisas, a primeira linha de defesa dos trabalhadores, e das suas organizações políticas e sindicais, consiste em resistir à ideologia (propaganda!) dominante. É preciso manter vivo o espírito crítico, evitar os sentimentos derrotistas e salvaguardar o bem comum.

A segunda linha baseia-se no reforço das suas organizações e no combate sem tréguas contra todos os que as pretendem ver enfraquecidas.

A terceira é já mais uma linha de ataque do que defesa. Ao defender salários dignos estamos a atacar



a injusta repartição da riqueza e a contribuir para a procura interna que nos enriquece. Ao defender o emprego com direitos estamos a atacar o regresso ao escravagismo e a oferecer o melhor de todos os recursos de qualquer país, a sua força de trabalho. Ao defender o controlo do estado sobre os transportes, comunicações, água, energia, estamos a atacar quem nos quer subtrair os recursos mais importantes. Ao defender o serviço nacional de saúde público estamos a atacar quem apenas pensa no seu bem-estar e a aumentar a qualidade de vida média. Ao defender uma educação para todos, através de uma rede de escolas públicas, estamos a atacar quem se opõe à valorização do principal recurso do país, os seus cidadãos.

Em Portugal, o trabalho de resistência e luta que é necessário para inverter o rumo das políticas recessivas ninguém o fará por nós. Mas todos temos de ter consciência que para vencer uma opressão global é necessário uma grande frente internacional. À medida que se tornarem mais evidentes as consequências absolutamente desastrosas das políticas neo-liberais as lutas sociais e as mudanças políticas irão surgindo, a ritmos diferentes, um pouco por todo o lado.

É uma luta longa, com episódios quotidianos que podem parecer insignificantes, mas que vale a pena ser travada. Trata-se do nosso futuro e do futuro dos nossos filhos.

António Nabarrete

Vice-presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL/Fenprof)

Arquivo SPN

É imprescindível dar esperança e confiança à juventude



“Em cada país e no plano global, é necessário, acima de tudo, produzir bens e serviços úteis ao desenvolvimento das sociedades, o que dinamizará a economia real, favorecerá o espaço das pequenas empresas e criará imenso emprego que pode ser melhor retribuído, útil e digno. É por estes objectivos que nos continuaremos a bater com determinação, esperança e confiança no futuro”.

As palavras são de Manuel Carvalho da Silva, a concluir a sua intervenção na 100ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que decorreu em Genebra, de 1 a 17 de Junho, sob o lema *Construir o Futuro com Trabalho Decente*.

Depois de, em nome dos trabalhadores portugueses, saudar o presidente da conferência, os delegados presentes e, de forma especial, o director-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o chileno Juan Somavia, o secretário-geral da CGTP considerou – citando o próprio Somavia – que precisamos de entrar numa “nova era de justiça social inspirada por um ideal de desenvolvimento sustentável”.

“Os níveis de conhecimento a que chegámos, os meios de que hoje dispomos, não se coadunam com as políticas geradoras de desigualdades, de pobreza, de reposição de práticas de dominação como se observa no próprio seio da União Europeia, cujo projecto original assentava na cooperação e solidariedade, no respeito pelos povos e culturas e na harmonização social no progresso”, referiu Carvalho da Silva, sublinhando:

“É preciso dizer não à humilhação de países, de povos e de seres humanos em qualquer continente e latitude. A sociedade necessita dos valores do universalismo, da multilateralidade e da multiculturalidade, que a OIT expressa, valoriza e afirma.”

São necessárias regras mais justas

“É indispensável diminuir e controlar os poderes exagerados do sector financeiro e dar aos trabalhadores e ao comum dos cidadãos mais atenção e importância.

É absolutamente imprescindível dar esperança e confiança à juventude.

As políticas e práticas neoliberais, que se vão impondo no meu país, na UE e noutros espaços do mundo, estão a provocar mais desemprego e pobreza e perigosos retrocessos sociais e civilizacionais. É impressionante a manipulação de conceitos a que hoje se assiste quando nos falam de desenvolvimento, de modernidade, de competitividade ou de produtividade.

É preciso um exercício de memória histórica, inclusive sobre o passado recente, para que, como expõe o *informe* a esta conferência, se tenham presentes as causas e os responsáveis das actuais crises, por forma a evitar que se continuem a impor sacrifícios injustos.

Arquivo SPN

A OIT, pelo seu passado, e ainda pelo seu presente, tem autoridade para fazer esse exercício. Lembrar o que significou de positivo passar a retribuição do trabalho da dimensão de subsídio de subsistência para a de partilha (mesmo que injusta) da riqueza produzida pelo trabalhador; o que significou atribuir direitos e factores de estabilidade e segurança ao trabalho e afirmar o direito do trabalho; o que significou universalizar direitos sociais e garanti-los através de valores solidários colectivamente assumidos; o que significou o trabalhador ter o controle do tempo de trabalho; o que significou a conquista e a consagração da contratação colectiva, importantíssimo instrumento de distribuição da riqueza e da dignidade no trabalho; o que significou o investimento público em infra-estruturas e serviços básicos. As convenções fundamentais da OIT têm de ser efectivadas, pois elas são indispensáveis para a *nova era* que queremos construir.

O prosseguimento da luta pela Agenda do Trabalho Digno, o combate à precariedade laboral e ao trabalho informal são tarefas inadiáveis. É neste contexto que saudamos a convenção relativa ao Trabalho Doméstico.

Não faltam reflexão nem propostas

“No *informe* à conferência diz-se, e muito bem, que “as alternativas não nos surgem como um produto acabado. Há que construí-las”, com a participação dos cidadãos.

Recentemente, em Portugal, a *troika* UE-FMI-BCE impôs, como receita única possível, um programa que nega o crescimento económico e o desenvolvimento do país e corporiza um fortíssimo atentado aos trabalhadores, à democracia e à soberania nacional.

Uma das interrogações que desde logo se deve colocar é: por que razão a OIT não acompanha, com toda a sua autoridade e experiência, a elaboração destes programas de austeridade?

A insistência do poder financeiro e dos accionistas dos grandes grupos económicos, bem como dos governantes ao seu serviço, na tese de que não há alternativas, nega a própria democracia, pois em democracia nunca existe a inevitabilidade de uma escolha única.

O *informe* do director-geral apresentado a esta conferência constitui um manancial de reflexão e de propostas concretas com que se podem construir caminhos alternativos. Em cada país e no plano global, é necessário, acima de tudo, produzir bens e serviços úteis ao desenvolvimento das sociedades, o que dinamizará a economia real, favorecerá o espaço das pequenas empresas e criará imenso emprego que pode ser melhor retribuído, útil e digno.

É por estes objectivos que nos continuaremos a bater com determinação, esperança e confiança no futuro”.

Reivindicações de emergência

Partindo da observação da actual situação do país e da necessidade de dar resposta a um conjunto de problemas que afectam largas camadas da população trabalhadora, a CGTP-IN apresentará ao XIX Governo Constitucional as seguintes reivindicações imediatas:

- aumento do Salário Mínimo Nacional para 500€, tal como ficou estabelecido no acordo celebrado em 2006;
- aumento das pensões, designadamente, das mais reduzidas;
- alteração das condições de recurso para o acesso a prestações e apoios sociais;
- reposição das condições de acesso ao subsídio de desemprego;
- prolongamento do subsídio social de desemprego para quem deixou de ter protecção.

Entretanto, a central sindical garante que já começou a desenvolver “um amplo trabalho de esclarecimento, mobilização e encorajamento dos trabalhadores”, para resistirem e forçarem caminhos alternativos. No imediato (9 de Julho), vai realizar-se em Lisboa um encontro-convívio de jovens trabalhadores.

Para a Fontinha, com a Fontinha: **Es.Col.A na expectativa**

10. Abril. Inspirados pelo projecto “Ocupar Abril, tomar de assalto o mês de Maio”, um grupo de pessoas ocupou a antiga escola primária do Alto da Fontinha, no Porto, com o objectivo de ali desenvolver um projecto social.

Optou-se conscientemente pela ocupação, lembrando que a Constituição da República Portuguesa consagra a legitimidade da acção popular para assegurar a defesa dos bens do Estado e determina que o Estado deve apoiar as experiências autogestionárias.

A ocupação foi feita em ambiente de festa e a população local foi informada da iniciativa e convidada a participar.

Criar um espaço autónomo, autogestionado, livre, não discriminatório, não comercial e aberto a diferentes actividades, foram as premissas que orientaram o projecto. Daí chamar-se Espaço Colectivo Autogestionado do Alto da Fontinha (Es.Col.A).

“Seguindo o exemplo das crianças, que ainda há pouco tempo saltavam estes muros para jogar à bola, juntamo-nos para tentar devolver este espaço público aos seus reais proprietários, a comunidade.”

Escola restituída à comunidade

Assente em decisões tomadas por consenso em assembleias regulares, com a participação dos moradores do bairro, a Es.Col.A confirmou-se como estrutura horizontal, livre de hierarquias, inclusiva, apartidária, transparente e aberta.

Em paralelo com intervenções de requalificação do imóvel, as dinâmicas criadas com a comunidade e os diversos apoiantes do projecto resultaram em actividades que preenchem todos os dias da semana: apoio escolar, cinema, teatro, leitura, jantares populares, actividades seniores e oficinas de bicicletas, reciclagem e informática, são alguns exemplos.

Novas actividades e voluntários continuam a surgir, num espírito de solidariedade e partilha, promovendo a inclusão social e o diálogo intergeracional.

Na Es.Col.A cria-se, a cada momento, um espaço vivo e feliz.



O despejo

10.Maio. Sem aviso prévio, os agentes policiais apareceram pelas 7h30 e ordenaram a saída imediata aos ocupantes. Encontravam-se lá dentro oito pessoas, que, sem sucesso, tentaram dialogar com os agentes, vindo a resistir à ordem de despejo de forma pacífica, numa atitude de desobediência civil não violenta.

Eram 9h30 e os oito ocupantes seguiam na carinha policial, rumo ao Comando Metropolitano do Porto. Dois foram agredidos pelos agentes durante a operação de despejo. Foram libertados após identificação.

A operação foi coordenada pela Polícia Municipal e envolveu a Polícia Judiciária e agentes da equipa de intervenção rápida da PSP, munidos de shotguns. Teve um aparato nunca antes visto na Fontinha. Indignou os moradores e teve ampla cobertura noticiosa.

Aconteceu exactamente um mês após a ocupação. Na Fontinha, houve quem chorasse o fim da Es.Col.A.

E agora?

10.Junho. “Hoje é 6ª feira, por isso há merenda no Largo da Fontinha. A partir das 19h00. Não te esqueças que a merenda é autogestionada: traz comida (tem em atenção que há vegetarianos) e bebida, para juntarmos numa mesa única e partilharmos. E se tiveres problemas em sentar-te no chão, traz cadeirinha”, lê-se no blog da Es.Col.A. A Es.Col.A não fechou. Na própria tarde do despejo, juntaram-se mais de 100 pessoas no Largo da Fontinha. Nenhuma outra assembleia tivera tanta gente, incluíra tantos moradores e fora tão comovente. Ninguém quis baixar os braços.

Seis dias depois, a Es.Col.A fazia-se representar na Assembleia Municipal do Porto. Quando questionado pela oposição, Rui Rio manifestou abertura para conhecer e aceitar o projecto. Nessa noite, juntaram-se mais de 300 pessoas no exterior.

Em seguida, a Es.Col.A escreveu uma carta-aberta, convidando a vereadora do Conhecimento e Coesão Social e todos os autarcas do Porto a participar na assembleia de 13 Junho. A vereadora retorquiu com o convite para uma reunião no dia 6, na sede do Município.



Nim com expectativas de sim

Nesse fim de tarde, a assembleia da Es.Col.A deslocou-se para as proximidades da Câmara, para estar disponível caso a delegação precisasse de tomar alguma decisão.

Na reunião, a Es.Col.A entregou à vereadora um dossier onde se explicava o projecto, os princípios que lhe estão subjacentes, e se dava conta das actividades desenvolvidas. A delegação integrava moradores, que também expuseram o entusiasmo com que acolheram este projecto. A Es.Col.A pediu o imediato desaparelhamento do edifício, seguido de uma licença provisória de utilização, a anteceder um contrato de comodato.

A vereadora Guilhermina Rego reconheceu “pertinência” ao projecto. Contudo, não se comprometeu com a cedência das instalações, alegando que há já um outro projecto para esse espaço. Se este não se concretizar, admitiu a hipótese de a Es.Col.A regressar à escola. Caso contrário, a vereadora comprometeu-se a procurar um espaço alternativo. Quanto ao desaparelhamento e à licença de utilização, a vereadora disse que transmitiria o pedido ao departamento responsável.

A delegação deixou claro que só fará sentido alocar outro espaço se for no Alto da Fontinha e insistiu na necessidade de uma resposta urgente, dadas as condições precárias em que o projecto desenvolve as suas actividades no Largo da Fontinha.

Todos querem acreditar nesta declaração de boa vontade e ninguém vai baixar os braços. Entretanto, certo é que a Es.Col.A continua na rua, mas não parou, nem mesmo esmoreceu.

Es.Col.A

Crónica de um despejo atrapalhado

Por volta das 7h da manhã de 10 de Maio, quatro policias chegaram aos portões do Es.Col.A. Duas pessoas estavam encarregadas de tentar dialogar com eles, explicar o projecto, mostrar através da Constituição da República que tínhamos legitimidade para ocupar o espaço abandonado pela Câmara Municipal do Porto há 5 anos e que não sairíamos voluntariamente. Ao mesmo tempo, a partir do interior do edifício, desenrolava-se uma faixa que cobria a fachada com a frase Estamos aqui para dizer que a ocupação e a libertação de espaços deverá ser uma das estratégias da luta por um mundo mais justo. A tentativa de diálogo com a polícia não resultou, eles não iam para falar. Isso foi-se percebendo à medida que começavam a cortar o acesso à rua aos moradores e amigos que se queriam juntar a nós, que chegava a carrinha do Corpo de Intervenção e agentes da Polícia Judiciária com pés-de-cabra, alicates e tudo o que era necessário para destruir portas e portões. Tendo em conta o cenário de despejo violento que se montava, o grupo que estava no interior do edifício separou-se – uns para o telhado, outros para a última divisão do último piso – com o objectivo de lhes dificultar a vida.

Cortaram a corrente que fechava o portão e já dentro do pátio, enquanto uns destruíam uma das entradas para o edifício, outro passeava e preparava a shotgun para se defender de oito meliantes. A partir do momento em que entraram no edifício, foram rápidos a destruir a porta que dava acesso ao último piso. Neste momento um de nós estava sozinho numa das divisões, ia buscar a identificação e tentou dizer isso mesmo aos agentes que o deitaram no chão, torcendo-lhe um braço, dando-lhe joelhadas na cabeça e por fim colocando-lhe algemas.

À terceira foi de vez

Depois de neutralizarem a primeira ameaça, que não teve tempo de pegar na identificação, passaram para a divisão em que se encontravam mais quatro pessoas. Mal nos viram, sentiram o perigo iminente que ali se encontrava e não hesitaram em começar a gritar: TUDO NO CHÃO! MÃOS ATRÁS DA CABEÇA! ONDE ESTÁ A CÂMARA? Não obtendo resposta a esta pergunta, um deles voltou a não hesitar, agredindo e encostando à parede, para revista, quem sabia ter estado a filmar as ilegalidades por eles cometidas. Depois de roubar o cartão de memória com as imagens e de nos terem todos no chão e algemados, acalmaram-se e levaram-nos para a carrinha que transportava os agentes e onde tivemos a oportunidade de ver, mesmo ao nosso lado, uma outra shotgun e uma caixa cheia de balas de borracha.

Após deterem todos os terroristas que nos encontrávamos dentro do edifício, começaram a pensar na melhor estratégia para retirarem os que estavam no telhado. A primeira tentativa foi enfiar um grande camião dos bombeiros nas estreitas ruas do Alto da Fontinha. Tentativa descartada com alguma celeridade pelo comandante, que se apercebeu de que teriam de alargar primeiro a rua... Enquanto pensavam numa outra forma de chegar ao telhado, um dos agentes continuava a passear a sua shotgun, olhando para os cidadãos que lá se encontravam – felizmente não optou por tiro ao alvo...

Têm, enfim, uma nova brilhante solução: um veículo usado para colocar as luzes de natal nas ruas portuenses. O comandante Leitão e um adjunto subiram nesse elevador e, já no topo, apercebem-se de que estavam no telhado errado. Decidem descer, dispensar o veículo e repensar a estratégia. Mais uma vez, no tempo livre que tinham entre estratégias, tentavam convencer as pessoas a descer do telhado, de forma eloquente: "É melhor para vocês se descerem já!"

Lembraram-se, então, que talvez não fosse mal pensado usar uma escada – gostaríamos de dizer o nome do agente que teve a ideia, mas, infelizmente, nenhum deles estava identificado... Lá levaram o escadote e começaram a subir, uns atrás dos outros, numa fila indiana de destruição, uma vez que à medida que avançavam, de peito erguido, iam partindo todas as telhas que pisavam.



“Terroristas” neutralizados

Quando chegaram até ao grupo de três pessoas que se encontravam no telhado, começaram a empurrar, a puxar e a insultar. Mas como nenhuma delas falava em português, a força policial começou a fazer uso das aprendizagens conseguidas a ver policiais americanos e, enquanto arrastavam os delinquentes pelo telhado, gritavam: ARE YOU SCARED NOW, MOTHER FUCKER? ARE YOU GOING TO COOPERATE? QUANDO CHEGARES À ESQUADRA, ATÉ CANTAS EM PORTUGUÊS!

A estratégia usada para retirar pessoas de telhados, supostamente em segurança, não podia ser mais arcaica e insegura, tanto para nós como para eles: ataram-nos com uma corda de escalada à cintura e, entre empurrões e puxões de orelha, arrastaram-nos para a beira do telhado, e desta para o chão, com apenas um dos agentes a segurar a corda que nos prendia. Já no chão, tínhamos à espera todos os agentes que também queriam ter ido para o telhado, mas não puderam, que nos algemaram.

Finalmente, já todas as oito pessoas na carrinha, uns sentados nos bancos, outros no chão e agentes da polícia em pé, esperávamos que um outro fechasse a porta, proeza conseguida após cerca de dez tentativas. Começámos a viagem até ao Comando Metropolitano do Porto e, à medida que descíamos as ruas da Fontinha, viam-se vizinhos à janela, escandalizados com o aparato que ali fora montado, e ouviam-se gritos de desaprovação –COBARDES! – dirigidos à polícia e de solidariedade para com os detidos. A viagem fez-se ao som das sirenes.

Ao mesmo tempo que na esquadra estávamos a ser identificados, um grupo de amigos estava na Es.Col.A a recolher todo o material do interior do edifício. Aparentemente tinham tirado tudo, mas, mais tarde, duas das pessoas detidas deram conta que lhes faltava um portátil, dois discos externos e uma máquina fotográfica e, de imediato, foram à esquadra confrontar o comandante. Ficamos sossegados com a resposta: a Polícia só levou aquele material para que não fosse roubado...

Apenas se esqueceram de nos comunicar o facto. Como se esqueceram de nos notificar, em vez de nos despejar. Como se esqueceram de usar identificação no uniforme. Como se iriam esquecer de dar o auto de apreensão do cartão de memória de uma câmara de filmar, que seguiu para o DIAP, não tivesse sido o advogado presente a lembrá-los.

A pedido dos autores, a SPN-Infomação reserva a sua identificação.



No es cierto que la competencia lleve al progreso o al bienestar

Natural de Santiago do Chile (1928), Humberto Maturana é um especialista em biologia do conhecimento. Crítico do realismo matemático, advoga o pensamento sistémico e o construtivismo radical. É autor da teoria da autopoiese e co-fundador e docente da Escola Matriztica de Santiago, onde é desenvolvida a "dinâmica da matriz biológico-cultural da existência humana". A entrevista que se transcreve foi originalmente publicada no El Mercurio de Valparaíso, em Abril.



Acoger e incluir son palabras inamovibles para el neurobiólogo, filósofo y Premio Nacional de Ciencias 1994, Humberto Maturana, considerado uno de los más grandes científicos chilenos y reconocido a nivel mundial por su destacado aporte a la biología del conocimiento. Tan importantes son esos conceptos para el pensador y doctor en Biología en la Universidad de Harvard, que ubica su debilidad o ausencia en el centro de los grandes problemas de la educación y la sociedad chilena de hoy.

El científico que desarrolló la teoría de la autopoiesis, rápidamente adoptada por las ciencias sociales y que es definida como la capacidad de los sistemas vivos de producirse a sí mismos, observa con atención los acontecimientos, tendencias y cambios del mundo de hoy, y es ácido y crítico frente a algunos de ellos.

Educación y violencia

Cuál piensa que es el problema central de la educación chilena?

Creo que el problema fundamental está en la relación profesor-alumno, en que los alumnos se sientan acogidos por sus maestros y viceversa, que los maestros se sientan bien con sus alumnos. Eso exige una actitud especial, exige reconocer que la educación no es simplemente enseñar materias, es un modo de convivir, o más bien es el convivir mismo.

Usted considera la educación como un proceso de formación de personas responsables, éticas y capaces de colaborar en la convivencia democrática. Qué le parece la creciente tendencia al matonaje escolar físico y virtual que existe en Chile?

El matonaje, en el fondo, es expresión del modo de relacionarse de los adultos, porque vivimos una cultura en la cual pensamos que la discrepancia o los temas de la convivencia se resuelven en la competencia, en juegos de poder. Y los jóvenes aprenden lo que viven los adultos, que se cultiva y se transforma en un hábito, de modo que los niños crecen en el matonaje. Qué pasa que se vive minimizando a otros? Tenemos que preguntarnos eso.

Tendrá el sistema las herramientas para resolver o remontar este problema?

Es este un problema de los niños o de la comunidad? En qué momento aparece la actitud que lleva al matonaje? Dónde está el interés por los quehaceres en el colegio, la escuela o la universidad que lleva al matonaje, o a veces a las fiestas mechonas tan llenas de agresión? Tenemos que reflexionar sobre cómo vivimos los adultos, cómo tratamos nuestros conflictos, cómo abrimos – o negamos – espacios para la colaboración, de manera que los jóvenes se sientan incluidos?



Lenguaje y competencia

En su obra destaca el lenguaje como el gran instrumento para acceder al pensamiento, el conocimiento, la creación. Qué le parece que cerca de la mitad de los escolares chilenos no entiendan lo que leen?

Quiere decir que no ha habido junto a ellos adultos que los hayan guiado en la reflexión y el interés por leer. Que no han escuchado sus dificultades. Si cualquiera de nosotros entra a un trabajo donde tiene que aprender cómo se hace lo que se hace, y en la partida no se lo explican o la persona que tiene que explicarlo no tiene paciencia, queda atrasado y al final no entiende nada. Eso ocurre si sus dificultades son tratadas como insuficiencias o fallas y no como el proceso natural de estar aprendiendo algo que no se sabe. Todos los seres humanos somos esencialmente inteligentes. Las dificultades del aprendizaje, en general, no son temas de inteligencia, son temas de emoción.

También plantea que el desarrollo del lenguaje ha sido posible gracias a la colaboración, no a la competencia, que es un elemento central del sistema económico a nivel nacional y mundial. Cómo se resuelve esta dicotomía?

Dándose cuenta de que eso es un error. Fíjese que si yo compito con otro, el otro y no yo es el referente de lo que hago. Entonces la competencia es un acto de desvalorización de uno mismo. Es completamente distinto a la colaboración. No es cierto que la competencia lleve al progreso o al bienestar, eso no es verdad. La competencia lleva al sufrimiento, al desencanto, al dolor en último término. Fíjese que en una competencia deportiva lo importante no es ganar, sino que el otro pierda, pues yo no gano si el otro no pierde. Terrible, porque eso justifica cualquier cosa que yo haga para que el otro sea dañado, esté mal y pierda. Entonces no depende de la calidad de lo que yo hago, sino de la negación del otro.



Reencuentro con el dolor

Cuando ha pasado más de un año del terremoto y tsunami, qué cree que ha significado para la comunidad nacional ese reencuentro con el dolor?

Cuando hay una situación de dolor tan grande, la única salida es siempre la colaboración; el amar, el verse recíprocamente, el estar dispuesto a hacer cosas con otros. Pero si se inmiscuyen la competencia, la ambición, la vanidad, las ansias de poder o de lo que sea que fuese, entonces eso se distorsiona y no se crea ese espacio. Si usted mira la historia, las situaciones difíciles nunca se resuelven en la lucha y la competencia, sino en la colaboración.

Respecto del poder, hemos asistido a una especie de política de trinchera a propósito de la renuncia o destitución de la intendenta del Biobío, mientras en las encuestas crece el rechazo a las principales coaliciones políticas. Será una especie de voto de castigo?

El voto de castigo no está en quien hace el gesto de castigar, sino en lo que le pasa al otro. Si yo digo que algo no está bien y el otro no piensa eso y no lo reconoce, no sirve de nada que yo diga que no está bien. El tema está en cómo vivimos. Queremos o no queremos vivir en la colaboración; usar las diferencias no como discrepancias, sino como oportunidades reflexivas que nos permitan resolver temas que de otra manera no se resuelven porque quedan atrapados en la confrontación?

Habrán avanzado algo la comunidad nacional en la meta de reconocer al otro como legítimo en la convivencia que usted plantea?

No puedo decirlo, pero desde el momento que hay preocupación por cómo hacemos lo que estamos haciendo, quiere decir que nos estamos viendo. Y que por lo tanto está abierta la posibilidad de iniciar un modo distinto de hacer las cosas, que no sea la competencia en la mutua negación, sino que en la conspiración; en la unión para hacer algo generador de bienestar para la comunidad.

Una de las conclusiones de sus estudios de biología del conocimiento indica que es la emoción y no la razón lo que determina la acción humana, pero en Chile lo que se llama actitud emocional tiene pésima fama y mala reputación.

Yo creo que no es una reputación de la emoción sino de lo que la gente piensa con respecto a la emoción. Todo sistema racional tiene fundamentos no racionales, escogidos desde la emoción, desde la preferencia, los gustos, lo que se desea hacer. Si a alguien que ha hecho una argumentación racional usted le pregunta desde dónde viene esa argumentación, al final se percatará de que viene de un gusto, de una preferencia. Si yo cambio el gusto o la preferencia, cambio la argumentación racional.

Contaminación

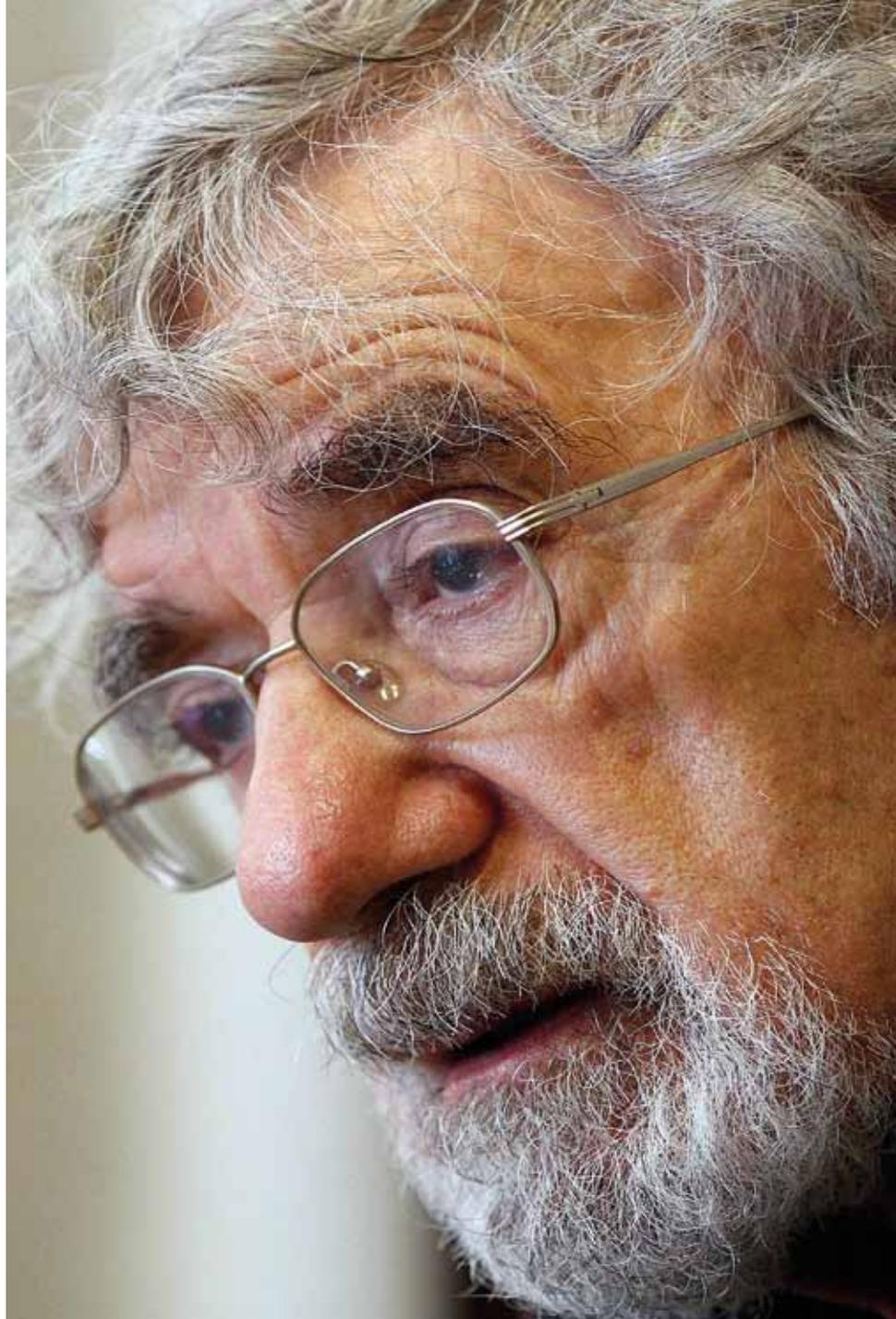
En la refinería de Codelco Ventanas se produjo un grave caso de emanaciones tóxicas que afectó a más de 40 personas, en su mayoría niños, y hoy asistimos a una confrontación entre el derecho a vivir en un medio no contaminado y las necesidades de recursos y energía del país.

Pienso que cada vez que hay contaminación, cada vez que hay un daño que se produce por alguna actividad humana, es expresión de negligencia o de un deseo distinto de aquel que supuestamente debe guiar su quehacer productivo. Si una refinería contamina, quiere decir que le importa mucho más la ganancia que lo que pasa con la contaminación. Siempre hay una responsabilidad del que hace el daño; negligencia, engaño, lo que quiera que fuere, porque si yo no quiero contaminar, dispongo las cosas de modo de no hacerlo.

Lo que aumenta los costos.

Sale más caro? Sí, claro, porque tengo que cuidarme de las cosas que hago, tengo que modificar mi procedimiento de modo de no generar el daño. Entonces la negligencia es en realidad un saber lo que había que hacer y no hacerse cargo de ello. Si una refinería contamina quiere decir que no está haciendo bien las cosas. Y si no se puede evitar la contaminación, entonces quiere decir que no debe estar. Queremos exponer a nuestros niños a la contaminación atmosférica, ambiental, de una clase u otra, sí o no? Si no queremos, entonces hay ciertas cosas que no vamos a hacer o no vamos a dejar que se hagan. Pero si queremos riqueza, como se argumenta respecto de la necesidad de producción, y eso es lo que nos guía, quiere decir que no nos importa lo que les pase a los niños. La lección es muy clara. Ahora, para hacer las cosas bien yo tengo que dedicarles atención y energía, sin duda.

Rosa Zamora



Lenguaje, origen de lo humano

“Sabemos por registros fósiles, que tres y medio millones de años atrás había primates bípedos que, como nosotros, tenían un caminar erecto, y poseían hombros, pero que tenían un cerebro mucho más pequeño, aproximadamente un tercio del cerebro humano actual”, señala el científico en su libro «Emociones y lenguaje en educación y política». El cerebro crece desde aproximadamente 430 cc. a 1.450 ó 1.500 cc., lo que se ha relacionado frecuentemente con el uso de instrumentos, con la manipulación. Maturana no comparte esa opinión – “la mano ya estaba desarrollada en estos antecesores nuestros” – y sostiene en cambio “que la historia del cerebro humano está relacionada principalmente con el lenguaje”, un sistema “que tiene que ver con coordinaciones de acción, pero no con cualquiera, sino con coordinaciones de acciones consensuales”.

En definitiva, “los seres humanos somos lo que conversamos” y “nuestra única posibilidad de vivir el mundo que queremos vivir es sumergirnos en las conversaciones que lo constituyen”.

Teatro Bruto & Escola de Mulheres apresentam *O Outro*



Ana Pereira

Luena e Marta Lapa (dramaturgia e encenação), um processo de contágio onde se confundem e misturam intencionalmente as matérias, os conceitos e as linguagens.

“A partir da ideia de que o Homem transporta em si pulsões antagónicas, patente no romance de R. L. Stevenson (*O Estranho caso de Dr. Jekyll e Mr. Hyde*), interessa-nos explorar e descortinar as múltiplas formas deste enunciado. Não se pretende reconstruir uma narrativa teatral desta obra, mas recriar e criar um objecto cénico distinto a partir das pistas que ela nos apresenta. A natureza do duplo assume-se então como espectacular, alternando e realizando a sua figuração espectral entre a vida e a morte, entre os sexos, entre si e o objectivo, entre o reconhecimento e a negação do real”.

O OUTRO

Espaço Bruto / Fábrica Social (Porto)
Rua da Fábrica Social (à Fontinha)
25.Junho - 10.Julho, 22h
info: 960 212 595



Casa da Música Free Pass

Claro que há George Clinton na noite de S. João, se ainda chegarmos a tempo... Claro que há Maria Gadú (2 de Julho), Djavan (4) e Maria Rita (18); e também há Alpha Blondy (19) e as Cocorosie (27); e ainda... Cristina Branco (16 de Julho) e Maria Schneider com a Orquestra de Jazz de Matosinhos (21).

Claro que há tudo isso, a não perder, mas esta sugestão é mesmo para os múltiplos concertos ao ar livre que estão a decorrer na Casa da Música desde o início de Junho e se repetem até finais de Setembro. Todos com entrada livre. Há várias opções, mas, correndo o risco de ser injusta, a «SPN-Informação» destaca Lula Pena e Frankie Chavez (várias actuações).

Lula Pena regressou aos discos em 2010, emprestando a sua voz grave a registos que passam pelo fado e pelo tango, pela bossa nova ou pela *chanson*. A Frankie Chavez, “descobrimo-lo” num *talk show* nocturno, e surpreendemo-nos. Verdadeiro *one man band*, a sua música é fortemente influenciada pelas melhores linhas do folk blues.

A.B.



Eu gosto...

no verão os dias ficam maiores
... as roupas ficam menores
... o calor bate recordes
e os corpos libertam os seus suores

eu gosto é do verão
passear de prancha na mão
saltar e rir na praia
nadar, apanhar um escaldão
e ao fim do dia
ver o pôr-do-sol
patrocinado por um bom gin tonic

eu gosto da *fúria*
(dispenso o açúcar)
'bora lá aproveitar!
o pior está pra vir...

se nós deixarmos
se quisermos...

António Baldaia



nesta edição

- a abrir
02. **De novo... Continuar o sindicato**
- editorial
03. **Sobre a inevitável capacidade de resistir**
- notícias spn
- Lista S venceu eleições para a Mesa da Assembleia-Geral, para a Direcção, para o Conselho Fiscal e de Jurisdição e para as direcções distritais de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real; Lista A venceu em Aveiro/Norte.**
04. **Tomaram posse os novos Corpos Gerentes do SPN**
06. **Relatório de Actividades 2010**
- acção sindical
10. **Gestão das escolas e rede escolar: SPN promoveu colóquio**
11. **Argumentário de Matias Alves contra os mega-agrupamentos**
12. **Caducidade do contrato: ME pretende negar direito à compensação | Docentes contratados em substituição: termo do contrato**
- do superior
13. **Universidade do Minho a caminho do regime fundacional**
- destaque
- Ao defender uma educação para todos, através de uma rede de escolas públicas, estamos a atacar quem se opõe à valorização do principal recurso do país – os seus cidadãos.**
14. **Crise das dívidas europeias: como evitar o descalabro social?**
- internacional
20. **É imprescindível dar esperança e confiança à juventude**
- em foco
22. **Es.Col.A na expectativa**
24. **Crónica de um despejo atrapalhado**
- vemos, ouvimos e lemos
- Um dos mais importantes cientistas chilenos, mundialmente reconhecido pelo seu contributo na área da biologia do conhecimento, Humberto Maturana acompanha criticamente as tendências e mudanças do mundo actual.**
26. **“No es cierto que la competencia lleve al progreso o al bienestar”**
- apostas spn
30. **Teatro Bruto & Escola de Mulheres apresentam O Outro Casa da Música Free Pass**
- a fechar
31. **Eu gosto...**